

Acordo adia decisão sobre regimento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão aceitou, ontem, apelo para deixar para quarta-feira a votação das propostas de alteração no regimento interno da Constituinte, a fim de se tentar, até lá, chegar a acordo em torno do que será votado.

O apelo foi feito, da tribuna, pelo líder do PMDB do Senado, Fernando Henrique Cardoso, que reconheceu ter o Centrão demonstrado, na véspera, ter a maioria, mas advertiu que essa maioria seria insuficiente para levar adiante o processo de elaboração da nova Carta sem negociação.

Disse que sua proposta não continha nenhuma manobra oculta para frustrar a maioria. Tinha, sim, o propósito de permitir um entendimento com a minoria. "Se houver entendimento — acrescentou — poderemos estabelecer um mecanismo veloz para aprovar a Constituição até dentro de um prazo de 60 dias."

Seu apelo foi imediatamente aceito pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, que disse que só não o formulara por entender que a iniciativa devia caber aos vitoriosos da véspera, ou seja, o Centrão, e não aos perdedores.

Mas do lado do Centrão houve resistência. O líder do PDS, Amaral Neto, que é também um dos coordenadores do Centrão, fez uma contraproposta: que se votasse imediatamente o substitutivo Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), para o qual o Centrão conseguira preferência, sem prejuízo das emendas e destaques requeridos, que então poderiam ser negociados para se tentar entendimento em torno desses destaques e emendas.

Nesse momento, cerca das 12 horas, o grupo minoritário iniciou um movimento de retirada maciça do plenário, numa tentativa de evitar o quórum para deliberação, que é, no mínimo, de 280 constituintes. "Se saírem do plenário, a responsabilidade será deles", alertou Amaral Neto, enquanto o líder do PFL, José Lourenço, pedia à sua bancada que permanecesse em plenário e dizia ser

impossível, no momento, atender ao apelo de adiamento.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), apontou uma "irregularidade" que já se registrara na véspera, à noite: a sessão não poderia ter sido encerrada, como o fizera Ulysses Guimarães, porque o processo de votação já se iniciara. "Temos agora é de dar prosseguimento à votação", completou.

Mauro Benevides (PMDB-CE), na presidência da sessão, fez veemente defesa de Ulysses, afirmando ter ele cumprido fielmente o regimento. "O regimento — interveio o líder do PTB, Gastone Righi — está acima até de nosso Deus, Ulysses Guimarães. Não pode haver mais adiamento."

Fernando Santana (PCB-BA), conhecido por suas intervenções bem-humoradas, declarou, desolado: "Meu pedido para que o Espírito Santo baixasse sobre a cabeça de Amaral Neto, Carlos Sant'Anna e outros não foi atendido pelo Supremo..."

Mauro Benevides anunciou então a votação do substitutivo Roberto Cardoso Alves, mas suspendeu a sessão por 10 minutos. Foi o tempo suficiente para que, com sua intervenção em favor da proposta de Fernando Henrique Cardoso, as lideranças do Centrão voltassem atrás e acabassem aceitando o adiamento.

Ulysses Guimarães, embora no exercício da Presidência da República no Palácio do Planalto, como informou Mauro Benevides, acompanhava todo o entendimento e contribuiu para que se chegasse a esse acordo preliminar.

Assim que Mauro Benevides reabriu a sessão, às 13 horas, Gastone Righi subiu à tribuna para anunciar que atendia ao apelo "dramático" que lhe fora feito por Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e pediu aos demais coordenadores do Centrão que assim o fizessem também, José Lourenço concordou: "Insensíveis, não somos. Intransigentes, não somos. Somos vitoriosos. Porém, não queremos transformar nossa vitória em esmagamento da minoria, mas sim num instrumento de diálogo pa-

ra que a Constituição não tenha a face de um, mas a face de todos".

Amaral Neto declarou-se "voto vencido" entre os coordenadores do Centrão, porque entendia que não se devia abrir mão da votação imediata do substitutivo. Afirmou, porém, que democraticamente se curvava à vontade da maioria e esperava que os outros também o fizessem, seguindo seu exemplo.

Todos os integrantes do Centrão tomarão conhecimento, porém, previamente, do que seus coordenadores estiverem acertando com a minoria, como anunciou José Lourenço. Nova reunião ampla do Centrão já está convocada para terça-feira à tarde, véspera da votação em plenário.

ABERTURA

A tendência para o adiamento da votação revelou-se logo no começo da sessão, com as claras manifestações de protesto contra a abertura dos trabalhos às 10 horas. O Centrão, baseado em entendimentos da véspera, esperava que a sessão fosse instalada só às 11 horas, na esperança de um entendimento para facilitar as deliberações. Mas, se houve esses acertos, a Mesa diretora parece não ter sido avisada, como informou o vice-presidente Jorge Arbage, alegando não ter recebido qualquer instrução nesse sentido.

Quando Arbage decidiu que os trabalhos seriam iniciados de acordo com a sua convocação para as 10 horas, os protestos dos membros do Centrão foram intensos, a ponto de obrigar a Mesa a cortar o som do plenário.

A essa altura, o líder peemedebista Carlos Sant'Anna, em questão de ordem, transmitiu ao plenário e à própria Mesa que, na noite anterior e pela manhã, havia sido acertado um atraso de uma hora, pelo que, como notou, a decisão de ignorar esses entendimentos surpreendia e representava um golpe.

Também o senador Fernando Henrique Cardoso, que participara dos entendimentos, informou essa intenção, atribuindo os desencontros a um problema de comunicação interna.

Roberto Cardoso Alves está liderando o grupo do Centrão favorável ao entendimento com as esquerdas, e enfrenta a oposição dos deputados Amaral Neto, Ricardo Fiuza e do líder do governo, Carlos Sant'Anna.



Delfim ouviu explicação de Dornelles, que votou contra o Centrão, mas ainda é do grupo



Campos e Afif estão a favor de um acordo amplo

Centrão evita Richa, Dornelles e Maciel

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Nenhuma proposta de acordos na Constituinte será acolhida pelo Centrão se tiver como intermediário o senador José Richa (PMDB/PR), o senador Marco Maciel (PFL/PE) ou o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ). A decisão foi tomada ontem na reunião de coordenadores de mobilização e de plenário, grupo formado por mais de 40 parlamentares.

Os coordenadores se reuniram à tarde, depois da sessão da Constituinte que adiou a votação da proposta de emenda regimental para quarta-feira. Foi feita uma avaliação e organizada nova mobilização dos integrantes do Centrão para a sessão de quarta-feira. Houve muitas críticas a José Richa, Marco Maciel e Francisco Dornelles, acusados de tentar "desestabilizar" o grupo, inclusive liderando dissidências e retiradas de constituintes do plenário.

Para evitar votos "no escuro", os coordenadores, em cada votação, vão orientar os parlamentares do Centrão, justificando a razão do voto, a favor ou contra.

Fiesp aconselha evitar impasses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Fiesp, Mário Amato, telefonou na tarde de ontem para o líder do Centrão, deputado Roberto Cardoso Alves, solicitando que buscasse o entendimento com os grupos de esquerda para se evitar impasses na Constituinte, que comprometeriam tanto a vida política como econômica do País. "Eu não

estou fazendo outra coisa senão procurar o entendimento. Sobre isso já conversei com o presidente Ulysses Guimarães e creio que vamos chegar a bons resultados", respondeu Cardoso Alves.

O presidente da Fiesp disse ao deputado do PMDB que o setor financeiro está inseguro, os empresários não sentem garantia para novos investimentos e as vendas no comércio caíram 25% no mês passado, de

acordo com levantamentos recebidos por ele. Se houver impasse na Constituinte o País vai parar, advertiu Mário Amato, com o que Cardoso Alves concordou.

Roberto Cardoso Alves está liderando o grupo do Centrão favorável ao entendimento com as esquerdas, e enfrenta a oposição dos deputados Amaral Neto, Ricardo Fiuza e do líder do governo, Carlos Sant'Anna.

Covas negocia para desobstruir a pauta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Centrão e o grupo liderado pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, já começaram a negociar uma fórmula que permita a aprovação de um substitutivo introduzindo modificações no regimento interno da Assembleia, para desobstruir a ordem do dia. Quarta-feira à noite, depois da aprovação do pedido de preferência para votação do substitutivo do Centrão, que não chegou a ser submetido ao plenário, representantes das duas correntes reuniram-se no gabinete do senador paulista para discutir uma saída para o problema.

A discussão em torno do assunto começou a partir da fórmula apresentada pelo deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), no próprio plenário da Constituinte, quarta-feira. Ontem, segundo o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do Centrão, passou a ser negociada a seguinte modificação: a solicitação de preferência para votação de modificações em capítulos, artigos, incisos e letras do anteprojeto aprovado na Comissão de Sistematização terá que ser assinada por 187 constituintes, ou seja, 1/3 do plenário — a proposta do Centrão estabelecia o quórum de 280 para essa solicitação. A votação dessa preferência terá que atingir o quórum de maioria absoluta, 280 votos.

Se a preferência for concedida, a votação da alteração proposta terá

também que ser votada por 280 constituintes. Se o quórum não for atingido, o plenário vota o texto do anteprojeto da Sistematização. Mais uma vez, a matéria só será aprovada mediante 280 votos. Se o quórum não for alcançado, a matéria será negociada. Esse acordo, segundo frisou Daso Coimbra, será feito em cima de emendas já votadas na primeira etapa dos trabalhos constituintes ou dos substitutivos preliminares do relator da Sistematização, Bernardo Cabral. Feita a adaptação, a matéria volta a ser submetida à aprovação da maioria absoluta.

Essa adaptação vai impedir que o projeto de Constituição seja aprovado com lacunas e "buracos" que não teriam condições de ser preenchidos com base nas regras do regimento interno, conforme salientou Daso Coimbra. Pela proposta da Mesa, o Centrão terá ainda de abrir mão de emendas substitutivas a capítulos do anteprojeto da Sistematização, já que as emendas seriam permitidas apenas a partir de capítulos.

Daso Coimbra, observou que essa proposta foi apresentada pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e que terá agora de ser submetida aos integrantes do Centrão. "Em princípio, a proposta é negociável, mas quem dará a palavra final é o grupo, já que ninguém está autorizado a negociar pelo Centrão", afirmou. Ele acrescentou que a primeira exigência dos coordenadores do grupo foi o aval do líder Mário Covas.

Afif quer "tudo no voto"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Na Constituinte, tudo tem de ser decidido pelo voto conforme a boa praxe democrática." A afirmação foi feita, ontem, pelo vice-líder do PL, deputado Afif Domingos, a propósito dos entendimentos em torno da alteração do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

No dia anterior, Afif Domingos chegou a formular sugestões para um acordo: "Para que tivéssemos condições de chegar a um entendimento, sem abrir mão do conceito intocável do Centrão, que é a exigência de 280 votos para aprovar matéria constitucional, propus que a votação, ao invés de ser por título, passasse a ser por capítulos, pois aí poderíamos apresentar substitutivos por capítulos e votar a preferência sobre o parecer do relator".

A idéia do vice-líder do PL, segundo informou, era a de que não apenas o Centrão tivesse de ter a maioria do plenário, isto é, 280 votos para aprovar os destaques apresentados, mas também o relator, para manter seu parecer, deveria reunir a mesma quantidade de votos. "Isto porque, disse Afif Domingos, segundo o princípio da emenda constitucional nº 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, é necessário ter os 280 votos, em dois turnos."

Apesar de ter apresentado a sua sugestão, Afif Domingos não conse-

guiu transformá-la em prática. "Segundo me disseram, contou o deputado, aquele não era o momento adequado para fazer o acordo. Assim, resolvi ser solidário com o que me afirmaram e aceitei a ponderação."

RACHA

Ao que tudo indica, aliás, o entendimento entre os próprios integrantes do Centrão está difícil de ser concluído. Pelo menos em alguns itens, como, por exemplo, a posição tomada, ontem no plenário, pelo deputado Amaral Neto — líder do PDS na Câmara e um dos principais coordenadores do Centrão —, de se contra o adiamento da votação do projeto de resolução que altera o regimento interno.

Esta sua atitude foi duramente criticada por vários integrantes do grupo. "Não se pode radicalizar desse modo", reclamou o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA). "Vamos tirá-lo da linha de frente", ameaçou o deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE).

Após ter rejeitado o acordo das lideranças para o adiamento da votação, diante dos apelos e críticas, Amaral Neto subiu à tribuna e disse que acatava a vontade da maioria e voltava atrás na sua decisão. Mas nem mesmo sua atitude conseguiu uma reação unânime. Isto porque foi aplaudido por alguns e criticado por outros. "O Amaral conseguiu se avestiar com a maioria do grupo, dificilmente ele conseguirá superar esta mancada", comentou um assessor da Mesa.